

T03 - TÉCNICO DO MPU - POLÍCIA INSTITUCIONAL PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

Texto 1

Etnias e culturas do Brasil

Diante de um mapa do Brasil as diversidades regionais, oriundas dos contrastes geográficos, são ainda enriquecidas pela variação da paisagem cultural. Torna-se possível, enfim, em face das variedades geográficas e culturais, fixar duas regiões bem definidas, uma em que ainda se mantém viva a predominância da base cultural lusitana, outra em que os traços culturais não lusitanos – os alemães, os italianos, os poloneses, os japoneses – vêm dando nova coloração à paisagem tanto física ou geográfica como social e cultural. (Manuel Diégues Jr.)

1

O texto 1 tem por tema:

- (A) o contraste entre as diversidades regionais e culturais do Brasil;
- (B) a contribuição do elemento estrangeiro para a variação da paisagem cultural do país;
- (C) a superioridade cultural estrangeira em relação ao elemento nacional;
- (D) as diferenças geográficas entre locais colonizados por lusitanos e por outras nacionalidades europeias e asiáticas;
- (E) as vantagens para o Brasil de ser colonizado culturalmente por diferentes povos.

2

A última frase do texto 1 – “vêm dando nova coloração à paisagem tanto física ou geográfica como social e cultural” – revela distintas ligações entre dois termos: física ou geográfica, social e cultural.

Esse emprego mostra que:

- (A) “física” e “geográfica” são vistos como termos sinônimos;
- (B) “social” e “cultural” são termos semanticamente iguais;
- (C) os dois termos mostram valores adicionados;
- (D) só o primeiro termo, de fato, se refere a “paisagem”;
- (E) os dois termos são comparados no texto.

3

A frase em que a palavra “bem” se classifica, quanto ao significado, como em “Torna-se possível, enfim, em face das variedades geográficas e culturais, fixar duas regiões bem definidas...”, é:

- (A) Bem, eu não tenho a mesma opinião sobre esse tema;
- (B) O lugar já esteve pior, mas agora está bem;
- (C) Nunca me senti tão bem quanto agora;
- (D) Faça o bem sem olhar a quem;
- (E) As festas no evento foram bem-organizadas.

4

A preposição DE ora é empregada por exigência de um termo anterior, ora é empregada por necessidade semântica, não sendo exigida pela regência de um termo anterior.

O termo abaixo (texto 1), introduzido pela preposição DE, que é fruto de exigência anterior é:

- (A) Diante de um mapa do Brasil;
- (B) oriundas dos contrastes geográficos;
- (C) variação da paisagem cultural;
- (D) predominância da base cultural lusitana;
- (E) Etnias e culturas do Brasil.

Texto 2

Expressão oral e escrita

Tem-se discutido muito sobre as funções essenciais da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas. É fácil observar, por exemplo, que é pelo uso da linguagem falando oralmente ao próximo ou mentalmente a nós mesmos, que conseguimos organizar o nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido; é assim que, nas crianças, a partir do momento em que, rigorosamente, adquirem o manejo da língua dos adultos e deixam para trás o balbucio e a expressão fragmentada e difusa, surge um novo vigor de raciocínio, que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também da circunstância de que o indivíduo dispõe agora da língua materna, a serviço de todo o seu trabalho de atividade mental. Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres desse novo e precioso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar, da mesma sorte que se aperfeiçoa o operário com o domínio e o conhecimento seguro das ferramentas da sua profissão. (Mattoso Câmara)

5

No texto 2, a linguagem é vista como:

- (A) instrumento de bem pensar;
- (B) ferramenta de convencimento do próximo;
- (C) marca da idade adulta;
- (D) preparação do homem para a vida profissional;
- (E) principal veículo de comunicação social.

6

“...surge um novo vigor de raciocínio, que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também da circunstância de que o indivíduo dispõe agora da língua materna, a serviço de todo o seu trabalho de atividade mental.”

Nesse segmento do texto 2, o termo “agora”:

- (A) está mal-empregado por não se referir a nenhum termo anterior do texto;
- (B) se refere a um momento citado anteriormente;
- (C) se liga ao momento presente da leitura do texto;
- (D) se prende ao momento de vida profissional;
- (E) se conecta com a ocasião da produção do texto.

7

De todo o texto 2 decorre uma necessidade, que é a de:

- (A) priorizar-se a língua oral em lugar da escrita;
- (B) cuidar prioritariamente da linguagem infantil;
- (C) dedicar-se integralmente ao aprendizado da escrita;
- (D) bem ensinar-se a língua materna;
- (E) aprender a pensar antes de escrever.

8

O segmento textual abaixo em que falta uma vírgula é:

- (A) Tem-se discutido muito sobre as funções essenciais da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas;
- (B) É fácil observar, por exemplo, que é pelo uso da linguagem falando oralmente ao próximo ou mentalmente a nós mesmos, que conseguimos organizar o nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido;
- (C) é assim que, nas crianças, a partir do momento em que, rigorosamente, adquirem o manejo da língua dos adultos e deixam para trás o balbúcio e a expressão fragmentada e difusa, surge um novo vigor de raciocínio;
- (D) que não só decorre do desenvolvimento do cérebro, mas também da circunstância de que o indivíduo dispõe agora da língua materna, a serviço de todo o seu trabalho de atividade mental;
- (E) Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres desse novo e precioso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar.

9

“Se se inicia e desenvolve o estudo metódico dos caracteres desse novo e precioso instrumento, vai, concomitantemente, aperfeiçoando-se a capacidade de pensar, da mesma sorte que se aperfeiçoa o operário com o domínio e o conhecimento seguro das ferramentas da sua profissão.”

Na defesa de sua ideia, o autor do texto 2 apela para:

- (A) o testemunho de autoridade dos estudiosos;
- (B) uma narrativa de tema semelhante;
- (C) uma analogia entre atividades;
- (D) a opinião do próprio autor do texto;
- (E) conhecimentos biológicos estabelecidos.

10

No texto 2 aparecem cinco termos sublinhados, relacionados a termos anteriores.

O exemplo em que a referência anterior está inadequada é:

- (A) elas / funções da linguagem humana;
- (B) lo / nosso pensamento;
- (C) assim / processo do uso da linguagem;
- (D) que / novo vigor de raciocínio;
- (E) seu / cérebro.

Texto 3**Método científico**

Certamente a ciência se iniciou num tempo muito anterior ao registro histórico e ao das artes das cavernas. Talvez tenha nascido com o Homem, com as primeiras formas de magia tribal, resultantes das perplexidades dos primitivos diante dos fenômenos naturais e suas forças. Daí não só surgiram os embriões das religiões primitivas, como também as fontes dos conhecimentos, das experiências acumuladas pelo homem através dos séculos. Os detentores destes conhecimentos, os feiticeiros, poderiam ser comparados a sacerdotes e, mais ainda, a cientistas primitivos que, no seu empirismo, através de seus ritos mágicos, procuravam “recriar”, ou então, amenizar os fenômenos naturais.

No momento em que o homem se deu conta de que as mágicas não mereciam muita confiança, que ora davam certo, ora não, no momento em que percebeu que outros fatores, não mágicos, atuavam nos fenômenos, um importante passo foi dado. (Paulo Quintanilha Nobre de Mello)

11

O “importante passo” aludido no final do texto 3 se refere à:

- (A) passagem do desconhecimento para o conhecimento;
- (B) mudança da magia para a ciência;
- (C) transformação das trevas para a luz;
- (D) passagem da antiguidade para a modernidade;
- (E) mudança da feitiçaria para a religião.

12

“Certamente a ciência se iniciou num tempo muito anterior ao registro histórico e ao das artes das cavernas.”

Sobre esse segmento inicial do texto 3, é correto afirmar que:

- (A) o termo “certamente” marca alta probabilidade e baixo grau de dúvida;
- (B) a forma verbal “se iniciou” seria corretamente grafada “iniciou-se”;
- (C) a frase está estruturada na voz passiva pronominal;
- (D) a expressão “num tempo” ganha precisão cronológica com os termos que a seguem;
- (E) o segmento inicial tem caráter objetivamente informativo.

13

“Daí não só surgiram os embriões das religiões primitivas, como também as fontes dos conhecimentos, das experiências acumuladas pelo homem através dos séculos.”

A frase abaixo em que a locução “através de” mostra o mesmo valor presente na frase acima do texto 3, é:

- (A) Os sons do filme passavam através da parede;
- (B) Através da leitura, tomamos conhecimento de tudo;
- (C) Os aviões passam através das nuvens;
- (D) Os trabalhos foram feitos através de meses;
- (E) Através de horas de estudo, chegamos ao alvo.

Texto 4

Analfabetos

Hoje considera-se que há dois tipos de analfabetos. O analfabeto específico que é o homem que não sabe ler nem escrever, e o analfabeto funcional, que é o homem que sabe ler e escrever, que pode até ter diversos graus de educação e que, do ponto de vista cultural, é tão analfabeto, ou mais do que o outro; mais, digo eu, porque perdeu a cultura popular, de experiência, de costume tradicional etc., que o analfabeto da aldeia possui, e não adquiriu outra. (Jorge de Sena)

14

O advérbio “Hoje” (texto 4) se refere:

- (A) à ocasião da discussão do tema;
- (B) ao momento histórico do alfabeto;
- (C) aos tempos da modernidade atual;
- (D) à ocasião da leitura do texto;
- (E) ao momento da escritura do texto.

15

“Hoje considera-se que há dois tipos de analfabetos” (texto 4); uma outra forma de voz passiva dessa mesma frase é:

- (A) Hoje consideram-se a existência de dois tipos de analfabetos;
- (B) Hoje foi considerado que há dois tipos de analfabetos;
- (C) Hoje é considerada a existência de dois tipos de analfabetos;
- (D) É considerada, hoje, que há dois tipos de analfabetos;
- (E) Hoje era considerada a existência de dois tipos de analfabetos.

Noções de Sustentabilidade

16

A criminalização de infrações ambientais foi um importante avanço trazido pela Lei nº 9.605/1998, que regula a responsabilização administrativa e, embora tenha sido vetada, pretendia reger também a responsabilização civil, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas.

Segundo as novas regras estabelecidas pela Lei nº 9.605/1998, é correto afirmar que:

- (A) a desconsideração da pessoa jurídica pode ser feita quando sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos civis causados à qualidade do meio ambiente;
- (B) as decisões de órgãos colegiados, no interesse ou benefício da pessoa jurídica, não são relevantes na responsabilização criminal da pessoa jurídica, que é objetiva;
- (C) o valor mínimo da multa administrativa é de R\$ 500,00 e o máximo é de R\$ 50 milhões, podendo este ser triplicado, em caso de reincidência específica;
- (D) o crime de apresentação de laudo total ou parcialmente falso ou enganoso, incluído em 2008, não possui a modalidade culposa e tem pena de reclusão de três a cinco anos e multa;
- (E) operar sem licença ambiental é um crime que possui pena de reclusão, de um a três anos, e multa, aplicando-se inclusive para descumprimentos de condicionantes ambientais.

17

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei nº 9.985/2000) traz um capítulo sobre a criação, a implantação e a gestão das unidades de conservação, que precisam de recursos financeiros para essa finalidade. Tais recursos podem, entre outros, advir do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos de significativo impacto ambiental por meio da Compensação Ambiental. A Compensação Ambiental (CA), contida na referida legislação, possui critérios específicos para sua exigência.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a fixação do percentual a ser destinado a título de CA, após audiência pública, é feita em conjunto e de comum acordo pelo órgão ambiental e o empreendedor, após sugestão do Ministério Público;
- (B) os empreendimentos realizados nos estados da federação de menor porte podem destinar percentuais a título de CA inferiores a 0,5% dos seus custos totais;
- (C) os recursos da CA são utilizados de diversas maneiras conforme o regulamento e não podem ser aplicados para criação de novas unidades;
- (D) o apoio à implantação e manutenção de unidades de conservação, por meio da CA, poderá ser feito por meio de obrigações de fazer ou de dar, ou seja, direta ou indiretamente;
- (E) as unidades de conservação do grupo de uso sustentável não podem ser beneficiárias dos recursos da CA, ainda que sejam afetadas pelo empreendimento.

18

As mudanças climáticas são uma realidade cada vez mais evidente na sociedade, ocasionando desastres ambientais, como longos períodos de seca e intensas enchentes. Essas alterações impactam profundamente o cotidiano das pessoas, comprometendo a previsibilidade anteriormente existente em relação ao clima.

A Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), é fundamental para a articulação entre desenvolvimento econômico, social e ambiental no Brasil.

Considerando os seus princípios e diretrizes, um dos objetivos estratégicos estabelecidos por essa lei é:

- (A) promover a desregulamentação das atividades econômicas que contribuem para a emissão de gases de efeito estufa, visando ao aumento da competitividade;
- (B) estabelecer um sistema de gestão e monitoramento das emissões de gases de efeito estufa, visando à redução das vulnerabilidades e à promoção da adaptação das comunidades e ecossistemas;
- (C) centralizar as decisões administrativas sobre políticas climáticas em órgãos federais, excluindo a participação de estados e municípios, quando necessário;
- (D) priorizar o uso de tecnologias sem eficiência energética em setores industriais antigos como forma de reduzir custos operacionais;
- (E) incentivar a exploração de recursos naturais sem a necessidade de avaliações de impacto ambiental quando este for médio ou baixo.

19

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme apresentado no Relatório Brundtland, refere-se a um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. O relatório destaca a importância de uma abordagem holística e colaborativa para enfrentar os desafios globais, promovendo um desenvolvimento que seja sustentável em diversas dimensões.

A noção de desenvolvimento sustentável, nesse contexto, pode ser definida como:

- (A) a viabilização do crescimento econômico ilimitado a partir dos recursos naturais, mitigando sempre que possível os impactos ambientais decorrentes, de modo a maximizar os benefícios de sustentabilidade reais de longo prazo;
- (B) a redução das desigualdades sociais, em detrimento das ambientais, a partir do uso dos recursos naturais para a promoção de um desenvolvimento econômico perene e contínuo;
- (C) a integração entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, buscando um equilíbrio que permita o progresso humano e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras;
- (D) a consideração das pegadas ambientais, com foco no aspecto social, por meio do qual são realizados empreendimentos econômicos direcionados ao progresso da sociedade atual;
- (E) a promoção do desenvolvimento social e ambiental da sociedade possui ordem de importância maior do que a dimensão econômica, sendo necessária a redução do desenvolvimento econômico nas sociedades desenvolvidas.

20

A Lei Complementar (LC) nº 140/2011 trouxe a solução para vários temas polêmicos em matéria ambiental, bem como introduziu algumas inovações relevantes para cooperação entre os entes federados.

Relativamente ao licenciamento ambiental, é correto afirmar, a partir do contido na LC nº 140/2011, que:

- (A) a competência para lavratura de auto de infração e abertura de processo administrativo para a sua apuração não está relacionada com a competência do órgão licenciador do empreendimento;
- (B) os empreendimentos mais sensíveis e estratégicos de energia e de infraestrutura poderão ser licenciados ambientalmente por mais de um ente federativo, quando assim for solicitado pelo Ministério Público;
- (C) os critérios definidos para o licenciamento ambiental são a significância do impacto e a abrangência, em detrimento dos demais, não se aplicando critérios por tipos de empreendimentos;
- (D) a supressão de vegetação em empreendimentos lineares licenciados pelo órgão ambiental federal é autorizada pelo ente federativo estadual em processo administrativo específico;
- (E) a repartição de competência para o licenciamento ambiental é feita por tipologia e localização, sendo a competência dos órgãos ambientais estaduais residual em relação à do órgão ambiental federal.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o órgão competente do Poder Legislativo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento da norma que dispõe sobre o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados;
- (B) a Lei prevê que os órgãos federais de fomento à pesquisa poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra, mas não traz essa previsão em relação aos órgãos distritais e estaduais;
- (C) a assistência religiosa é assegurada aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, exceto àqueles submetidos a pena privativa de liberdade;
- (D) a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará, a cada dez anos, pesquisa destinada a identificar o percentual de ocupação por parte de segmentos étnicos e raciais no âmbito do setor público, a fim de obter subsídios direcionados à implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR);
- (E) a Lei nº 14.553/2023, que promoveu alterações no Estatuto da Igualdade Racial, estabeleceu a obrigatoriedade de os empregadores do setor público e privado incluírem um campo para identificação étnico e racial em documentos e registros trabalhistas.

22

A igualdade de gênero é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). É o tema do ODS 5, que tem como metas o fim da discriminação (5.1) e da violência (5.2) contra mulheres e meninas; a garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública (5.5); reformas que levem a direitos iguais à propriedade, controle sobre a terra, recursos financeiros, herança e recursos naturais (5.a), dentre outras.

Sobre o tema, analise as definições a seguir.

- I. Identidade de gênero: gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento.
- II. Assimetrias de gênero: desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero.
- III. Equidade de gênero: igualdade de direitos, oportunidades e condições entre homens e mulheres.
- IV. Sexismo: sequência sócio-histórica de discriminações que reforçam possibilidades de ocupar lugares ou afirmam não lugares para as pessoas de acordo com o gênero.

Estão corretas as definições:

- (A) I e II, apenas;
- (B) II e III, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II e III, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

23

Em 2004, o Decreto nº 5.296 foi promulgado para regulamentar a Lei nº 10.048/2000, que confere atendimento prioritário a determinado grupo de pessoas, dentre elas, as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade àquele mesmo grupo de pessoas.

Com base nesses atos normativos e na legislação pertinente, é correto afirmar que:

- (A) o Decreto nº 5.296/2004 estabelece que o atendimento imediato é aquele prestado aos seus beneficiários, antes de qualquer outra pessoa e antes mesmo de concluído o atendimento que estiver em andamento;
- (B) a prioridade fica condicionada à avaliação médica, em face da gravidade dos casos a atender, apenas nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos de atendimento à saúde;
- (C) os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoa portadora de deficiência visual ou com mobilidade reduzida em todos os locais onde a intensidade do fluxo de veículos ou de pessoas, ou a periculosidade na via, assim determinarem, bem como mediante solicitação dos interessados;
- (D) o tratamento diferenciado está especificado no Decreto nº 5.296/2004 de forma exaustiva, ou seja, não pode ser interpretado de forma extensiva nem abarca outras hipóteses que porventura surjam;
- (E) o Decreto nº 5.296/2004 conceitua como edificações de uso público aquelas destinadas às atividades de natureza hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza.

24

Segundo a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-Parte.

De acordo com o referido tratado internacional, o requisito indispensável de admissibilidade de uma petição ou comunicação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em qualquer hipótese, é:

- (A) a existência de litispendência internacional;
- (B) a apresentação da petição no modo impresso;
- (C) o esgotamento dos recursos da jurisdição interna do país;
- (D) a apresentação da petição no prazo de seis meses a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva;
- (E) a presença, na petição, do nome, nacionalidade, profissão, domicílio e assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que a submeter.

25

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu 17 objetivos globais, chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem implementados até 2030. Os objetivos e metas são integrados e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômica. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) firmaram, em 2019, um pacto com a ONU pela implementação dos ODS no Poder Judiciário e Ministério Público.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) um dos esforços previstos no Pacto pela implementação dos ODS da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público é capacitar os operadores do Direito, servidores e equipes técnicas nos princípios, diretrizes e estratégias representados pela Agenda 2030;
- (B) o Pacto firmado entre CNJ, CNMP e ONU envolve a transferência de recursos financeiros entre os pactuantes para os custos operacionais relacionados à Agenda 2030;
- (C) os ODS devem ser integral e obrigatoriamente implementados pelos Estados-membros da ONU que se comprometeram a tomar as medidas para promover o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030;
- (D) o Pacto firmado entre CNJ, CNMP e ONU prevê o intercâmbio de informações e documentos, sem que haja necessidade de mantê-los em confidencialidade pelas partes, desde que estas acordem entre si;
- (E) o Pacto pela implementação dos ODS da Agenda 2030 no Poder Judiciário e Ministério Público tem como objeto principal realizar eventos de sensibilização e debate das temáticas relacionadas à Agenda 2030.

Noções de Administração Pública

26

Goldolino é servidor de unidade do Ministério Público do Trabalho que aderiu à Plataforma MP Digital. Transferido para o setor de remessa de processos, encontrou certa dificuldade com o sistema utilizado pelo órgão superior destinatário.

O setor de informática, então, prestou as seguintes informações:

- I. os sistemas de informação e os sistemas processuais desenvolvidos ou contratados pelos ramos e pelas unidades do Ministério Público deverão sempre estar aptos à integração com outras soluções tecnológicas e com outros sistemas;
- II. a integração de sistemas processuais deverá assegurar, no mínimo, a tramitação de documentos, processos e procedimentos entre os ramos e as unidades do Ministério Público e entre esses e o CNMP, bem como o acesso, por ramos e unidades do Ministério Público, à íntegra de documentos, em autos judiciais ou extrajudiciais não sigilosos contidos nos sistemas de informação geridos ou contratados pelo Ministério Público;
- III. o Catálogo de Serviços de Integração, compreendido na Plataforma MP Digital, reúne informações sobre as soluções de interoperabilidade utilizadas pelos ramos e pelas unidades do Ministério Público.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) I e II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

27

Paula é a gestora responsável pelo processo de emissão de certo tipo de documentação no órgão público em que trabalha. Ela vem constatando um aumento significativo no tempo de emissão da documentação e quer planejar melhorias no processo. Paula quer realizar as seguintes tarefas: mapear o conjunto das atividades envolvidas no processo de emissão da documentação e suas interações; e identificar as causas principais e secundárias da demora no processo de emissão da documentação.

Para isso, Paula deve fazer uso das seguintes ferramentas, respectivamente:

- (A) fluxograma; 5W2H;
- (B) fluxograma; matriz GUT;
- (C) 5W2H; diagrama de Ishikawa;
- (D) diagrama de Ishikawa; 5W2H;
- (E) fluxograma; diagrama de Ishikawa.

28

Certa organização iniciou um processo seletivo para um cargo na área de recursos humanos. As atribuições do cargo são: definição da estrutura de cargos e salários; estabelecimento de metas e objetivos aos colaboradores; avaliação do desempenho.

As atribuições do cargo estão relacionadas, respectivamente, às seguintes funções da administração:

- (A) planejamento; planejamento; controle;
- (B) planejamento; direção; controle;
- (C) planejamento; direção; direção;
- (D) organização; planejamento; direção;
- (E) organização; planejamento; controle.

29

A direção de certa organização de médio porte está considerando implantar um processo formal de planejamento. Embora a direção acredite que essa iniciativa trará benefícios importantes para a organização como um todo, tais como prover um senso de direção para os esforços dos membros da organização e definir parâmetros de controle, ela também está preocupada com suas possíveis desvantagens.

É uma potencial desvantagem do planejamento formal:

- (A) gerar desmotivação na gerência média;
- (B) restringir a flexibilidade organizacional;
- (C) fragmentar os critérios de decisão gerencial;
- (D) dificultar o entendimento das ameaças e oportunidades internas;
- (E) dificultar o entendimento das ameaças e oportunidades externas.

30

João trabalha na área de TI de um órgão público. Há alguns meses, ele assumiu a coordenação de um projeto que julga muito importante para o seu crescimento na carreira. Recentemente, seu chefe perguntou por que ele não havia respondido a um e-mail enviado para toda a área de TI sobre um treinamento a ser realizado por todos os funcionários. João respondeu: "Não vi o e-mail... Estou muito dedicado ao projeto que estou coordenando; só tenho prestado atenção nas mensagens relacionadas a isso".

A barreira à comunicação que melhor explica o que aconteceu é:

- (A) ruído;
- (B) filtragem;
- (C) percepção seletiva;
- (D) direção inadequada;
- (E) sobrecarga de informação.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

Um estagiário do Ministério Público da União foi instado por seu superior hierárquico a apresentar três elementos fundamentais que norteiam o programa de integridade da instituição, ocasião em que enumerou os seguintes:

- I. construção colaborativa de um ambiente eticamente saudável;
- II. sustentabilidade e responsabilidade social;
- III. fundacionismo e difusão do conhecimento.

O superior hierárquico observou, em relação aos três elementos fundamentais indicados, que está(ão) correto(s):

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

32

Após realizar todas as diligências possíveis, determinado procurador da República entendeu inexistirem indícios suficientes de autoria da infração penal objeto de apuração em procedimento de investigação criminal, decidindo que ele deveria ser arquivado. Após as comunicações necessárias, recebeu um arrazoado da vítima, que defendia a necessidade de ser ajuizada ação penal pública em face do investigado, considerando as provas existentes nos autos, com o que não concordou o membro do Ministério Público ao reanalisar o caso.

Na situação descrita, é correto afirmar que o referido juízo de valor a respeito do arquivamento:

- (A) se tornou definitivo;
- (B) deve ser revisto pelo procurador-geral da República;
- (C) deve ser revisto por uma Câmara de Coordenação e Revisão;
- (D) deve ser revisto pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- (E) deve ser revisto pelo Poder Judiciário, que pode decidir pelo ajuizamento da ação penal.

33

Após uma discussão entre vizinhos hipossuficientes economicamente, as animosidades cresceram e alcançaram a generalidade das respectivas famílias. Uma das famílias assumiu postura belicosa e passou a reiteradamente bloquear a entrada da garagem da residência da outra família, o que impedia a saída do veículo existente no local, utilizado para comercializar gêneros alimentícios e assegurar o sustento da respectiva família, afrontando, com isso, a liberdade de ir e vir. Em razão desse quadro, membros da família prejudicada encaminharam representação ao procurador dos direitos do cidadão.

À luz da Lei Complementar nº 75/1993, na situação descrita, o procurador deve:

- (A) arquivar de plano a representação, considerando não possuir atribuição, sem qualquer encaminhamento dos envolvidos;
- (B) encaminhar os elementos de informação ao Ministério Público Estadual competente;
- (C) ajuizar a medida judicial cabível, para assegurar a efetividade do direito fundamental violado;
- (D) encaminhar os envolvidos à câmara de conciliação da Procuradoria dos Direitos do Cidadão;
- (E) encaminhar os membros da família, com os elementos colhidos, à Defensoria Pública competente.

34

João e Maria são servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Ambos tiveram desenvolvimento em suas respectivas carreiras: João passou do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe subsequente, enquanto Maria passou de um padrão para o seguinte dentro da mesma classe.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) João foi removido;
- (B) apenas João mudou de cargo;
- (C) Maria obteve promoção funcional;
- (D) ambos observaram o interstício de seis meses na posição inicial em que se encontravam;
- (E) apenas João precisou participar de curso de aperfeiçoamento ou de programa de capacitação.

35

Durante um evento realizado na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em comemoração ao aniversário de edição de determinado diploma normativo, a entidade Alfa, que fora escolhida para organizar o referido evento, ofereceu brindes a alguns servidores, alegadamente a título de cortesia. Em dúvida sobre a possibilidade de recebê-los, os servidores formularam consulta à Comissão Permanente de Ética (CPE).

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) os servidores podem receber os brindes oferecidos por Alfa, e a CPE exerce função consultiva;
- (B) a CPE é órgão decisório, não consultivo; logo, a consulta formulada pelos servidores não pode ser conhecida;
- (C) os servidores não podem receber os brindes oferecidos por Alfa, que tem interesse direto nos serviços institucionais;
- (D) os servidores somente não podem receber os brindes oferecidos por Alfa se atuarem no setor de licitações e contratos da ESMPU;
- (E) a juridicidade do recebimento dos brindes oferecidos por Alfa deve ser avaliada conforme haja, ou não, autorização expressa do superior hierárquico dos servidores.

Noções de Direito Administrativo

36

Em determinado contrato administrativo de terceirização de serviço contínuo, passados 12 meses de sua vigência, a União e a contratada celebraram termo aditivo para promover o reequilíbrio econômico-financeiro, com vistas à adequação ao preço de mercado. Para tanto, foi demonstrada, de forma analítica, a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu:

- (A) atualização financeira;
- (B) revisão;
- (C) repactuação;
- (D) reajuste;
- (E) correção monetária.

37

No âmbito da Administração Pública federal, três entidades estabeleceram instância de natureza interinstitucional para atuar de forma compartilhada, com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu:

- (A) uma decisão coordenada;
- (B) um ato consultivo conjunto;
- (C) uma normativa multissetorial;
- (D) um julgamento sumaríssimo;
- (E) uma outorga voluntária.

38

XYZ é uma entidade sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelo seu órgão de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. A relação jurídica mantida entre a XYZ e seus prestadores de serviço é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho. Além disso, XYZ adquiriu personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

É correto afirmar que XYZ é uma:

- (A) empresa pública;
- (B) fundação pública de direito público;
- (C) autarquia;
- (D) fundação pública de direito privado;
- (E) sociedade de economia mista.

39

João, servidor público federal, havia sido aposentado por invalidez, mas uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da sua aposentadoria. João, então, retornou à atividade no mesmo cargo que ocupava.

Nessa hipótese, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) reintegração;
- (B) reversão;
- (C) recondução;
- (D) readaptação;
- (E) reforma.

40

Fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) receberam notícia, devidamente circunstanciada, de que João, naquele momento, estava ateando fogo e provocando incêndio no interior de sua propriedade rural e, assim, destruindo e danificando floresta, vegetação nativa e espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem qualquer autorização ou licença da autoridade ambiental competente, fato que, como se sabe, constitui infração administrativa ambiental. Ao comparecerem ao local, os fiscais comprovaram a veracidade da denúncia e adotaram as providências cabíveis.

O Ibama instaurou auto de infração e aplicou a sanção administrativa de multa prevista na legislação de regência, em desfavor de João, sem prejuízo das medidas regularmente adotadas na esfera ambiental.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a regular aplicação da sanção administrativa de multa pelo Ibama a João decorreu diretamente do poder administrativo:

- (A) de polícia;
- (B) disciplinar;
- (C) hierárquico;
- (D) regulamentar;
- (E) de segurança ambiental.

Conhecimentos Específicos

41

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). O papel de facilitador da ABIN pode ser dividido em três eixos de atuação: cooperação e integração, coordenação e representação.

Dentre as competências relacionadas ao eixo coordenação, está:

- (A) a elaboração de planos de trabalhos com cada órgão;
- (B) o apoio à elaboração da doutrina de inteligência;
- (C) a promoção de capacitação para membros SISBIN;
- (D) a disponibilização de ferramentas para comunicação segura;
- (E) a produção de relatórios de gestão anuais.

42

A atividade de inteligência tem seu exercício regido por normas básicas de conduta, cuja observância é essencial para que possa ser realizada de forma adequada e eficaz. Tais normas se dividem em princípios gerais, que abrangem a atividade como um todo, e princípios setoriais, que afetam especialmente um dos seus elementos constituintes.

São considerados princípios gerais da atividade de inteligência, dentre outros:

- (A) adequabilidade, imprescindibilidade, proporcionalidade;
- (B) objetividade, oportunidade, rastreabilidade;
- (C) adaptabilidade, disponibilidade, finalidade;
- (D) complexidade, assessoria;
- (E) integração, resiliência.

43

A Política Nacional de Inteligência (PNI) define os parâmetros e limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores e estabelece seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Entre os pressupostos da atividade de inteligência, de acordo com a PNI, estão:

- (A) a abrangência e o contraterrorismo;
- (B) a inteligência e a contrainteligência;
- (C) a conduta ética e o caráter permanente;
- (D) a atividade especializada e o intercâmbio de dados;
- (E) o ambiente internacional e o ambiente nacional.

44

A Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (ENISP) possui quatro eixos estruturantes: (i) atuação em rede, (ii) tecnologia, (iii) capacitação e (iv) a sociedade e a atividade de inteligência de segurança pública.

Dentre os objetivos estratégicos do eixo estruturante atuação em rede, inclui-se:

- (A) ampliar o intercâmbio entre as agências de inteligência e segurança pública e os centros integrados de inteligência de segurança pública;
- (B) criar protocolos específicos para a atuação integrada com vistas à neutralização de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito;
- (C) promover a modernização e a interoperabilidade de bases de dados de interesse da segurança pública;
- (D) promover a qualificação técnica para a proteção e a exploração do campo cibernético;
- (E) ampliar a capacidade de obtenção e de análise de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados.

45

O funcionamento da contrainteligência pode ser esquematizado em um ciclo composto por seis fases caracterizadas por ações: acompanhar, orientar, detectar, avaliar, decidir e agir. Em princípio, esse ciclo tem como ponto inicial e final a mesma ação: acompanhar.

A fase orientar, dentro do Ciclo de Contrainteligência, é aquela em que:

- (A) a contrainteligência examina os adversários, estatais ou não, que estejam em competição aberta ou velada com o Estado ou as instituições privadas nacionais.
- (B) a contrainteligência detecta possível ação adversa, concluída ou em curso. Tal ação pode ser acesso indevido, subtração de conhecimentos, dentre outros, ou pode consistir em tentativa de interferência no processo decisório nacional;
- (C) o profissional de contrainteligência procurará determinar a provável intenção da inteligência adversa e tentará identificar a autoria, o patrocínio e o estágio de desenvolvimento da ação;
- (D) se oferecem instruções aos responsáveis pelos potenciais alvos de interesse adverso, buscando conscientizá-los quanto à necessidade de proteção, a fim de evitar ou minimizar prejuízos ao Estado e à sociedade;
- (E) o tomador de decisão, na instância cabível, define como proceder para prevenir, obstruir ou neutralizar a ação adversa, concluída ou em curso.

46

A estrutura básica do comboio de um dignatário/uma autoridade é composta pela cápsula de segurança.

A cápsula de segurança é composta de:

- (A) uma viatura policial e uma viatura de APH;
- (B) um veículo avançado e uma motocicleta policial;
- (C) uma viatura de reação e um veículo de comitiva;
- (D) um veículo de segurança e um veículo VIP;
- (E) uma viatura blindada e uma viatura fecha-comboio.

47

O itinerário é o caminho pelo qual se desloca uma autoridade, a pé ou com utilização de um meio de transporte. No planejamento, devem-se considerar: (i) o itinerário principal; (ii) o itinerário alternativo/secundário; e (iii) o itinerário eventual/de emergência.

O itinerário alternativo/secundário, de acordo com a doutrina dominante, é aquele que:

- (A) recebe prioridade após um processo analítico dos fatores determinantes da segurança;
- (B) é escolhido como o prioritário a ser seguido pela autoridade;
- (C) consiste em uma ramificação de um itinerário utilizado por motivo de perigo ou de emergência;
- (D) é escolhido para ser seguido no caso de modificação dos fatores condicionantes iniciais;
- (E) dificulta o deslocamento da autoridade.

48

As pessoas designadas como condutores de veículo de segurança atuam como agentes de segurança e exercem uma função técnica, sendo responsáveis por conduzir os veículos utilizados na proteção da autoridade e integrados ao comboio de segurança. No que se refere às Normas Gerais de Circulação e Conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro, o condutor de veículo de segurança deverá:

- (A) fazer a circulação do veículo pelo lado esquerdo da via, admitidas as exceções devidamente sinalizadas;
- (B) guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos;
- (C) manter os pisca-alertas acionados durante todos os deslocamentos;
- (D) utilizar dispositivos de alarme sonoro e de iluminação vermelha intermitente durante todos os deslocamentos;
- (E) manter velocidade máxima de 60 km/h nas vias urbanas locais não sinalizadas.

49

No planejamento da Segurança Orgânica, uma atenção especial deve ser dedicada à Ação Hostil (AH). A AH é uma ação, intencional ou não, que possa causar danos aos ativos da instituição. Segundo a doutrina dominante, as principais AHs, dentre outras, são: (i) ações contra as instalações; (ii) ilícitos penais e irregularidades; (iii) utilização indevida de informações ostensivas; (iv) espionagem; (v) sabotagem; (vi) terrorismo; (vii) ação psicológica; (viii) desinformação; e (ix) ação no espaço cibernético.

A respeito especificamente da Ação Hostil desinformação, é correto afirmar que:

- (A) orienta seu esforço no sentido de afetar os valores, os deveres e a ética Institucional;
- (B) é utilizada para iludir ou confundir um decisor de forma intencional, visando a induzi-lo a erro de avaliação;
- (C) envolve a obtenção de conhecimento, dado sigiloso, documento ou material para beneficiar estados, empresas ou indivíduos;
- (D) pode envolver integrantes do público interno como vítimas ou autores;
- (E) leva ao comprometimento das redes de computadores e dos sistemas informatizados.

50

A Segurança Ativa é o segmento da Contraineligência que preconiza a adoção de um conjunto de ações de especialistas, de caráter eminentemente preditivo, destinado a detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar as ameaças, de qualquer natureza, contra a instituição.

Segundo a doutrina dominante, a segurança ativa é composta, dentre outros, pelos seguintes grupos de medidas:

- (A) antiterrorismo, desinformação e contrapropaganda;
- (B) espionagem, sabotagem e terrorismo;
- (C) contraespionagem, contrassabotagem e contraterrorismo;
- (D) segurança, prevenção e contraposição;
- (E) atores hostis, atores alvo e reação.

51

O processo denominado Gerenciamento de Crises (GC) está amplamente difundido nas forças policiais no Brasil. A doutrina dominante estabelece quatro fases: (i) pré-crise; (ii) primeira intervenção ou resposta imediata; (iii) gestão da crise propriamente dita; e (iv) pós-crise.

Na fase da primeira intervenção ou resposta imediata, a doutrina indica os dez passos a serem seguidos quando o policial se depara com uma crise em andamento.

Um dos dez passos da primeira intervenção em crise é:

- (A) permanecer em local seguro;
- (B) instalar um posto de comando para a crise;
- (C) pressionar o causador do evento crítico por informações;
- (D) manter terceiros próximos para resguardar suas vidas;
- (E) estabelecer contato com concessões ao causador do evento crítico.

52

A doutrina dominante do Gerenciamento de Crises indica as seguintes alternativas táticas: (i) negociação; (ii) técnicas não letais; (iii) tiro de comprometimento; e (iv) invasão tática.

A respeito da alternativa tática da negociação, é correto afirmar que se caracteriza:

- (A) pela utilização de métodos para resolver um determinado litígio de modo a preservar as vidas das pessoas envolvidas na situação;
- (B) pelo emprego de técnicas que otimizam a efetividade do risco, ou seja, *risk effectiveness*;
- (C) pela intenção de redução dos efeitos sobre o causador do evento crítico, não de sua eliminação;
- (D) pelo fato de ser a última alternativa tática empregada na resolução da crise;
- (E) pela ação de uma liderança que tenha uma ampla visão do cenário em que se desenrolam os acontecimentos.

53

Um dos primeiros procedimentos a serem adotados em um local de incêndio é o reconhecimento do cenário. A avaliação do local, dos riscos potenciais e das possibilidades da ocorrência é primordial para se estabelecer uma estratégia eficiente, ergonômica e, principalmente, segura de enfrentamento do sinistro.

A respeito da avaliação do local e dos riscos potenciais a serem considerados, é correto afirmar que:

- (A) o acesso a ser estabelecido deve preservar ao máximo a estrutura;
- (B) o acesso a ser estabelecido deve ocorrer em área atingida pelo incêndio;
- (C) uma única abertura maior é mais eficiente que várias menores;
- (D) o calor, as chamas, a fumaça e a pressão não precisam ser considerados;
- (E) o acesso a um ambiente em chamas não é um momento crítico.

54

A partir da análise do ambiente estratégico e observadas as prescrições contidas na Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP), foram identificadas as principais ameaças à aplicação da lei para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente.

Entre as ameaças, de acordo com a PNISP, está(estão):

- (A) a conjuntura favorável à atividade de inteligência de segurança pública;
- (B) a corrupção e as ações contrárias ao Estado Democrático de Direito;
- (C) a integração e a cooperação entre as agências e a comunidade de inteligência;
- (D) o desastre de causas naturais e a inteligência tecnológica;
- (E) o desenvolvimento científico e tecnológico.

55

De acordo com a Doutrina da Atividade de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, a atividade de inteligência se divide em dois ramos (inteligência e contrainteligência) e em dois elementos (análise e operações).

A respeito do elemento análise, é correto afirmar que:

- (A) transforma seus insumos, dados, informações e conhecimentos em produtos potencialmente úteis ao processo decisório nacional;
- (B) possibilita ampliar a compreensão da realidade, o que pode resultar na definição de novas demandas por parte do cliente ou mesmo do usuário;
- (C) é uma forma de contornar obstáculos a fim de alcançar determinados objetivos em um contexto de adversidade;
- (D) está voltado para a obtenção de insumos para a produção de conhecimento de inteligência e para a produção de eventos;
- (E) envolve a aplicação combinada de técnicas operacionais para obtenção de dados, informações e conhecimentos indisponíveis.

56

A inteligência é o ramo da atividade voltado para a produção e a difusão de conhecimentos relativos a fatos, eventos, situações ou fenômenos que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental, que se constituam ou indiquem oportunidades e ameaças aos objetivos fundamentais do Estado. É exemplo de conhecimento relativo a fatos:

- (A) medida impetrada por países junto a organismos multilaterais de regulação competitiva a fim de barrar importações de produtos agrícolas brasileiros;
- (B) a dinâmica de formação de blocos de comércio internacional segundo o desenvolvimento do capitalismo global;
- (C) o quadro de permanente competição internacional por mercados para exportação de produtos agropecuários;
- (D) acontecimento que pode ser delimitado geograficamente e cronologicamente por marcos específicos;
- (E) a elevada produtividade do setor agroindustrial brasileiro.

57

A atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP), em face dos diversos campos de atuação da segurança pública e das peculiaridades de cada instituição, se divide em algumas espécies: Inteligência Policial Judiciária, Inteligência Policial Militar, Inteligência Bombeiro Militar e Inteligência Policial Rodoviária.

A respeito da Inteligência Policial Militar, é correto afirmar que inclui:

- (A) ações para prever, prevenir e neutralizar riscos referentes a desastres naturais, desastres de causa humana e calamidades, bem como para assegurar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- (B) ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- (C) exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública e da segurança nacional, no âmbito das rodovias e estradas federais;
- (D) exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, orientadas para o planejamento, execução e acompanhamento de assuntos de segurança pública e de polícia ostensiva;
- (E) exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar o processo decisório no planejamento, execução e acompanhamento de uma política de segurança pública nas investigações policiais, exceto as militares.

58

O comboio motorizado é constituído por um número variável de veículos a serem utilizados para o deslocamento e a segurança de um dignatário/uma autoridade.

A doutrina dominante entende que, no planejamento do número de veículos que integrarão um comboio motorizado, deverão ser considerados(as), dentre outros aspectos:

- (A) itinerário, pontos de apoio e equipe disponível;
- (B) paradas, velocidade da via e viadutos existentes;
- (C) comitiva, equipe médica e equipe policial;
- (D) número de agentes, equipamento e veículo blindado;
- (E) grau de risco, nível do dignatário/da autoridade e disponibilidade de veículos.

59

O agente de segurança é a pessoa selecionada, qualificada e capacitada para o exercício de uma função no serviço de segurança de um dignatário/uma autoridade.

Dentre os atributos a serem observados para uma pessoa selecionada para agente de segurança, destaca(m)-se:

- (A) resistência à fadiga e conhecimentos de defesa pessoal;
- (B) habilitação e experiência na condução de veículos;
- (C) memória visual e memória auditiva;
- (D) raciocínio lógico e rápido;
- (E) calma e discrição.

60

A proteção do conhecimento é resultado da somatória entre a compreensão sobre o modo de atuação e as técnicas que atores utilizam para ter acesso indevido a dados restritos e a melhores práticas internacionalmente reconhecidas de segurança e de gestão da informação.

A doutrina dominante indica que a proteção do conhecimento objetiva viabilizar e assegurar, a cada conhecimento, informação e dado sensível, as seguintes características:

- (A) disponibilidade, integridade, sigilo e autenticidade;
- (B) infiltração, recrutamento, entrevista e desligamento;
- (C) manuseio, custódia, arquivamento e destruição;
- (D) demarcação, classificação e sinalização de área;
- (E) ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado.

61

Segundo a ONU, “[O] nível da força utilizado deve ser compatível com a gravidade da ameaça apresentada pela conduta das pessoas envolvidas e os objetivos legítimos da ação do profissional de segurança pública”.

O conceito apresentado acima se refere ao princípio geral da regulação do uso diferenciado da força em segurança pública no Brasil, denominado princípio da:

- (A) legalidade;
- (B) precaução;
- (C) necessidade;
- (D) proporcionalidade;
- (E) razoabilidade.

62

A doutrina do Gerenciamento de Crises indica que a pessoa mantida pelo causador do evento crítico (CEC) pode ser classificada como refém ou vítima. Na condição de refém, há duas categorias: (i) refém tomado e (ii) refém sequestrado. Definir em que situação se encontra a pessoa frente ao CEC é fundamental para os negociadores.

A respeito da pessoa na condição de vítima, é correto afirmar que se trata daquela que:

- (A) é capturada aleatoriamente;
- (B) pode ser trocada por alguma exigência;
- (C) não possui vínculo com o CEC;
- (D) é tomada no primeiro instante da crise;
- (E) está envolvida na crise por problemas emocionais.

63

As técnicas de extinção de incêndios abrangem aquelas operações necessárias ao ataque e extinção do foco principal do incêndio. Todos os fatores de risco oferecidos pela classe e tipo de incêndio devem ser considerados para serem determinados os perigos e a técnica a se utilizar.

A respeito das técnicas de extinção de incêndios, é correto afirmar que:

- (A) a extinção de incêndios de classe C exige que o agente extintor conduza a corrente elétrica e atue por princípio de resfriamento ou abafamento;
- (B) a água, em incêndios da Classe A, pode ser utilizada em ataques diretos, indiretos ou combinados, dependendo da necessidade de cada emergência;
- (C) os incêndios classe D são caracterizados por materiais que não reagem com a água; trata-se de um tipo de incêndio fácil de ser combatido;
- (D) a água, na extinção por abafamento, deverá ser aplicada em jatos contínuos e fortes;
- (E) uma ventilação adequada aumenta o risco de *flashover* e de *backdraft*.

64

A doutrina dominante do Gerenciamento de Crises indica que, na organização do cenário da crise, a conformação e a abrangência dos perímetros táticos irão depender da natureza, da localização e do grau de risco do ponto crítico.

A respeito da organização do cenário da crise, é correto afirmar que:

- (A) o isolamento do ponto crítico deve ser implementado, não importando quais as dificuldades envolvidas;
- (B) a sua manutenção torna-se mais fácil quanto mais amplos forem os perímetros;
- (C) o isolamento do ponto crítico deve se limitar apenas ao estabelecimento dos perímetros táticos;
- (D) o estabelecimento de um posto de comando não é relevante;
- (E) o posto de comando não deve ficar próximo ao ponto crítico.

65

Durante evento com a presença de dignitários internacionais, realizado no Estado de São Paulo, Caio e Matheus, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de um simulacro de arma de fogo, subtraíram um veículo automotor oficial, de titularidade da União, deixando o motorista no local. Na sequência, os indivíduos se evadiram, sendo encontrados na posse do automóvel subtraído já no Estado do Rio de Janeiro. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Caio e Matheus responderão pelo crime de:

- (A) extorsão simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, em razão do concurso de pessoas e pelo fato de que o veículo automotor foi transportado para outro estado;
- (B) roubo qualificado, em razão do concurso de pessoas, com a incidência de uma causa de aumento de pena, pelo fato de que o veículo automotor foi transportado para outro estado;
- (C) roubo simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, em razão do concurso de pessoas e pelo fato de que o veículo automotor foi transportado para outro estado;
- (D) extorsão duplamente qualificada, em razão do concurso de pessoas e pelo fato de que o veículo automotor foi transportado para outro estado;
- (E) roubo qualificado, pelo fato de que o veículo automotor foi transportado para outro estado.

66

Maria compareceu à sede do Ministério Público Federal, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, buscando informações sobre um inquérito policial que havia sido concluído pela Polícia Federal, com o indiciamento do investigado. Após ser informada de que, João, procurador da República, manifestou-se, em juízo, pelo arquivamento do procedimento investigatório, por ausência de justa causa, Maria se dirigiu a um servidor da repartição pública e disse que João, na semana anterior, teria aceitado R\$ 20.000,00 a título de suborno do investigado para deixar de denunciá-lo, embora consciente de que tal afirmação era falsa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Maria praticou o crime de:

- (A) difamação simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que a conduta foi praticada contra agente público, em razão das funções;
- (B) injúria simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que a conduta foi praticada contra agente público, em razão das funções;
- (C) calúnia simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que a conduta foi praticada contra agente público, em razão das funções;
- (D) difamação qualificada, já que a conduta foi praticada na sede de uma repartição pública;
- (E) calúnia qualificada, já que a conduta foi praticada na sede de uma repartição pública.

67

Após fabricar dezenas de notas de R\$ 100,00, com o objetivo de, posteriormente, repassá-las aos estabelecimentos comerciais da sua cidade, Lucas as guardou em uma gaveta, além de entregar parte do material a José, seu familiar. Registre-se que José, conhecendo a procedência dos papéis-moedas, os introduziu no mercado consumerista. Por fim, Caio, dono de uma banca de jornal, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, uma das notas de R\$ 100,00, a restituiu à circulação, depois de conhecer da falsidade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) José responderá pelo crime de moeda falsa. Por sua vez, as condutas de Lucas e Caio são formalmente atípicas;
- (B) Lucas responderá pelo crime de moeda falsa. Por sua vez, as condutas de José e Caio são formalmente atípicas;
- (C) José e Caio responderão pelo crime de moeda falsa. Por sua vez, a conduta de Lucas é formalmente atípica;
- (D) Lucas e José responderão pelo crime de moeda falsa. Por sua vez, a conduta de Caio é formalmente atípica;
- (E) Lucas, José e Caio responderão pelo crime de moeda falsa.

68

Caio, particular, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, se dirigiu à sede da Justiça Federal na municipalidade. Ao tentar ingressar na repartição pública, o indivíduo foi informado por João, agente público competente, de que seria necessário passar por um detector de metal. Contudo, agindo com dolo e descumprindo a ordem legal que fora dada pelo servidor público, Caio ingressou no local sem observar os procedimentos de segurança.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Caio responderá pelo crime de:

- (A) desobediência, na modalidade qualificada;
- (B) desobediência, na modalidade simples;
- (C) resistência, na modalidade qualificada;
- (D) desacato, na modalidade qualificada;
- (E) resistência, na modalidade simples.

69

Após longa investigação realizada, em conjunto, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, as autoridades públicas localizaram, no interior do Estado do Mato Grosso, João, indivíduo de altíssima periculosidade, que, além de possuir mandados de prisão preventiva pendentes de cumprimento, foi capturado em flagrante, em razão do porte de arma de fogo de uso restrito e do armazenamento de dezenas de quilos de cocaína, que se destinavam ao comércio internacional de drogas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) a prisão de João será comunicada imediatamente ao juiz competente, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Contudo, em razão da altíssima periculosidade do agente, o local onde ele se encontra será mantido em sigilo;
- (B) a prisão de João será comunicada imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Contudo, em razão da altíssima periculosidade do agente, o local onde ele se encontra será mantido em sigilo;
- (C) a prisão de João e o local onde ele se encontra serão comunicados, em até 24 horas, ao juiz competente, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- (D) a prisão de João e o local onde ele se encontra serão comunicados, em até 24 horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- (E) a prisão de João e o local onde ele se encontra serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

70

Mário, agente público federal competente, compareceu ao estabelecimento comercial de João. Após uma longa conversa com o particular, o referido servidor público, agindo com dolo, exigiu o pagamento de determinado tributo devido, empregando, na cobrança, meio vexatório que a lei não autoriza.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Mário:

- (A) não responderá criminalmente, pois o emprego de meio vexatório na cobrança, embora reprovável, não caracteriza um delito;
- (B) não responderá criminalmente, pois o tributo era devido por parte de João, titular do estabelecimento comercial;
- (C) responderá pelo crime de condescendência criminosa;
- (D) responderá pelo crime de excesso de exação;
- (E) responderá pelo crime de corrupção ativa.

71

Lucas comparece à sede da Justiça Federal no Município de Belo Horizonte/MG, para ser ouvido na qualidade de réu em uma ação penal em curso. Ao encontrar a vítima no corredor da repartição pública, Lucas dela se aproxima e começa a ameaçá-la de morte, com o objetivo de influenciar o conteúdo das suas declarações em juízo. Registre-se que, enquanto a infração penal está sendo cometida, a conduta é visualizada por Matheus, policial federal de serviço, e por Caio, particular que aguarda a sua esposa no corredor do fórum.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, Lucas está em flagrante:

- (A) presumido, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;
- (B) impróprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;
- (C) próprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;
- (D) próprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, e Caio, particular que presencia a conduta, deverão proceder à prisão flagrancial;
- (E) presumido, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, e Caio, particular que presencia a conduta, poderão proceder à prisão flagrancial.

72

Tício, reincidente em crime doloso, agindo com dolo, transportou João, adolescente, do Estado de São Paulo para o Estado de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de submetê-lo a trabalho em condições análogas às de escravo. Registre-se, por fim, que Tício não é integrante de organização criminosa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pelo crime de tráfico de pessoas:

- (A) duplamente qualificado, já que a vítima é adolescente e foi transportada para outro estado da federação, com a incidência de uma causa de diminuição de pena, pois Tício não integra organização criminosa;
- (B) na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que a vítima é adolescente, além da presença de uma causa de diminuição de pena, pois Tício não integra organização criminosa;
- (C) na modalidade simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, já que a vítima é adolescente e foi transportada para outro estado da federação;
- (D) na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, já que a vítima é adolescente;
- (E) duplamente qualificado, já que a vítima é adolescente e foi transportada para outro estado da federação.

73

Três amigas, todas residentes no território brasileiro, almejavam saber se possuíam direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Ingrid tem nacionalidade alemã, Joana é espanhola naturalizada brasileira e Maria é brasileira nata.

Após analisarem a Constituição da República, as três amigas concluíram, corretamente, que:

- (A) somente Maria possui direitos fundamentais;
- (B) todas possuem os mesmos direitos fundamentais;
- (C) somente Joana e Maria possuem direitos fundamentais;
- (D) Ingrid somente possui os direitos fundamentais expressamente enumerados;
- (E) todas possuem direitos fundamentais, mas os direitos de Joana e Maria são mais amplos que os de Ingrid.

74

A organização não governamental Alfa, cujo objeto social é o apoio às iniciativas governamentais de interesse público, almeja submeter à autoridade competente, a título de colaboração, sugestões de aperfeiçoamento do serviço local de gás canalizado, observadas as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo.

Após analisar a sistemática constitucional, os dirigentes de Alfa concluíram, corretamente, que a referida autoridade está vinculada:

- (A) ao estado que explora o serviço;
- (B) ao município que explora o serviço;
- (C) à União, que explora o serviço em caráter privativo;
- (D) à União, que é titular do serviço, ou ao estado que tenha sido autorizado a explorá-lo;
- (E) à União, ao estado ou ao município, conforme a precedência na exploração do serviço.

75

Em determinado exercício financeiro, após ampla mobilização das lideranças dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, chegou-se a um consenso em relação à necessidade de serem reajustados os subsídios do presidente e do vice-presidente da República.

Em relação ao referido objetivo, é correto afirmar que ele será alcançado com a edição de:

- (A) lei, de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo federal;
- (B) decreto do chefe do Poder Executivo federal, *ad referendum* do Congresso Nacional;
- (C) lei, que pode ser de iniciativa de qualquer parlamentar ou do chefe do Poder Executivo federal;
- (D) ato do Congresso Nacional, que está sujeito ao poder de veto do chefe do Poder Executivo federal;
- (E) ato do Congresso Nacional, que não está condicionado à iniciativa ou à sanção do chefe do Poder Executivo federal.

76

Um procurador da República impetrou mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal da Região X (TRFX), órgão jurisdicional competente para processar e julgar a medida em caráter originário. O Tribunal, no entanto, denegou a ordem postulada, e o impetrante considerou o acórdão manifestamente contrário à ordem constitucional.

Como o referido procurador da República, após o esgotamento da instância no âmbito do TRFX, decidiu interpor o recurso cabível, é correto afirmar que esse recurso, observados os requisitos exigidos, será julgado:

- (A) pelo próprio TRFX;
- (B) pelo Supremo Tribunal Federal;
- (C) pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (D) pelo Conselho Nacional de Justiça;
- (E) por outro Tribunal Regional Federal a que seja distribuído.

77

Em razão de graves alterações climáticas, com reflexos diretos no bioma que circundava o Município Alfa, foi identificada a elevação da temperatura e a subida do nível dos rios. Em razão desse quadro, o patrimônio e a indenidade física dos munícipes passaram a ser expostos a iminente perigo, o que levou o Poder Executivo municipal a notificar os proprietários de três imóveis urbanos localizados em uma região elevada do município, informando-os de que os referidos imóveis seriam provisoriamente ocupados, de modo a permitir a estruturação de uma operação da defesa civil em prol da população.

Em relação à conformidade constitucional dessa medida, é correto afirmar que ela é:

- (A) ilícita, considerando o direito fundamental à propriedade privada;
- (B) lícita, sendo assegurada aos proprietários a indenização posterior, se houver dano;
- (C) ilícita, pois o uso temporário dos imóveis, embora admitido, está condicionado à justa e prévia indenização;
- (D) ilícita, pois o uso dos imóveis pressupõe a sua desapropriação, com justa e prévia indenização;
- (E) lícita, considerando que o interesse público sempre prepondera sobre o privado, o que afasta, inclusive, o dever de indenizar, quer antes, quer após o uso.

78

Com o objetivo de aumentar a eficiência das demandas de natureza coletiva, assegurando que tenham maior tecnicismo, o que tende a facilitar a tutela jurisdicional, foi apresentado projeto de lei, no âmbito da Câmara dos Deputados, concentrando no Ministério Público a legitimidade privativa para o ajuizamento da ação civil pública.

Ao analisar o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania concluiu, corretamente, que, na perspectiva constitucional:

- (A) a legitimidade do Ministério Público não pode ser privativa;
- (B) o projeto tão somente reproduz um comando constitucional;
- (C) a outorga, ou não, de legitimidade privativa ao Ministério Público é uma opção do Poder Legislativo;
- (D) a legitimidade do Ministério Público já é privativa, ressalvada apenas a legitimidade da Defensoria Pública para a tutela dos hipossuficientes;
- (E) a legitimidade pode ser restringida, mas deve ser resguardada a legitimidade que a ordem constitucional outorgou à Defensoria Pública e à Advocacia-Geral da União.

79

Em uma abordagem realizada junto a um indivíduo que aparentemente portava arma de fogo, suspeita que veio a ser confirmada, João, responsável pelo policiamento institucional no âmbito de uma estrutura estatal de poder federal, veio a alvejá-lo durante o serviço. Logo após, os meios de comunicação social passaram a divulgar versões díspares a respeito do ocorrido, que oscilavam entre a atuação de João em legítima defesa, o manejo imprudente da arma de fogo e até mesmo inferências de que teria havido ação dolosa com o objetivo de gerar lesões no referido indivíduo.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à responsabilidade civil da União pelos danos causados ao indivíduo alvejado, que:

- (A) não é cabível;
- (B) somente é cabível se for demonstrado o dolo de João;
- (C) somente é cabível se for demonstrada a culpa ou o dolo de João;
- (D) somente é cabível em caráter subsidiário, caso João não possa arcar com o valor da indenização;
- (E) é cabível, independente do dolo ou da culpa de João, ressalvada a demonstração da culpa exclusiva da vítima.

80

A Lei Federal nº X disciplinou determinada política pública a ser executada por estruturas orgânicas vinculadas à União. Esse diploma normativo, no entanto, carecia da expedição de ato administrativo, de caráter geral e abstrato, que pudesse assegurar a sua execução.

Considerando as atribuições constitucionais do presidente da República e dos ministros de Estado, é correto afirmar que o referido ato administrativo:

- (A) somente pode ser expedido por ministro de Estado;
- (B) pode ser expedido por ministro de Estado se houver delegação expressa do presidente da República;
- (C) somente pode ser expedido pelo presidente da República, independentemente da aquiescência de ministro de Estado;
- (D) pode ser expedido pelo presidente da República, com referendo de ministro de Estado, ou por ministro de Estado;
- (E) pode ser expedido pelo presidente da República ou por ministro de Estado, conforme se trate, respectivamente, de decreto ou regulamento.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

